



Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 77.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ernani Pudell.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silverio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Junior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Durval Amaral, José Alves, Nilton César, Plauto Miró Guimarães e Toti Colação (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Curitiba, 15 de agosto de 1991.

Nº 213/91

O.E.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia do Acórdão nº 1308 - O.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 11.231-2, de Curitiba, em que figuram como impetrante o MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL e impetrado o GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, tendo como litisconsorte o ESTADO DO PARANÁ.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) Des. RONALD ACCIOLY
Relator

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 361/91 que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 156.889.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil cruzeiros), à Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, referente a Mensagem nº 69/91.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e com fulcro nos dispositivos constitucionais e legais, licença de seu mandato parlamentar a partir do dia 28 de agosto até o dia 30 de setembro próximo vindouro, a fim de substituir o Senhor Prefeito Municipal de Guarapuava, Doutor LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI, que estará em viagem ao exterior, durante aquele período.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 2057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL, composta por 5 (cinco) membros, com prazo de duração de 60 (sessenta) dias, para em nome do Poder Legislativo tratar do assunto: CONSTRUÇÃO DE UM AEROPORTO REGIONAL DE GRANDE PORTE, na região Oeste do Estado, podendo, para melhor desempenho de sua missão, requerer audiências com o Ministério da Aeronáutica; 5° Comando Aéreo Regional de Canoas (RS); D.A.C. Departamento de Aviação Civil; Governador do Estado do Paraná; Secretário de Estado dos Transportes; bem como, outros eventuais órgãos responsáveis. Reivindicar que seja determinada a construção do aeroporto, cuja obra será fundamental para o crescimento econômico e social da região Oeste, principalmente se a localização do mesmo for definida, levando-se em consideração todos os aspectos técnicos e econômicos da região, para o que a Comissão deverá promover encontros regionais com Prefeitos, Vereadores, Lideranças empresariais e outros segmentos sociais, igualmente pilotos experientes e com conhecimento da região, para que, conjuntamente seja encontrada a melhor definição.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) DULIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O requerimento ora apresentado, é oportuno e necessário em decorrência da necessidade que tem a Região Oeste do Paraná, de contar com tão importante serviço de transporte aéreo, operando com linhas normais de aeronaves de grande porte.

Já nos reportamos ao assunto, em requerimento datado de 16 de abril de 1991 e aprovado pelos nobres Deputados, quando solicitamos envio de expedientes às autoridades competentes, para que determinassem estudos imediatos para a construção do referido AEROPORTO REGIONAL, incluindo edificações, instalações e equipamentos especializados, destinados a pouso e decolagem de aeronaves de grande porte, sugerindo inclusive a localização do mesmo, em Sede Alvorada, Distrito de Cascavel.

Como o assunto está tomando proporções e rumos mais amplos e diferenciados, conforme divulgações da grande imprensa, gerando inclusive polêmicas das mais diversas ordens, polêmicas a bem da verdade, para auxiliar na melhor definição do local a ser construído o aeroporto, visando que sejam ouvidas as lideranças de todos os municípios que compõem a região que seria beneficiada com o AEROPORTO, para que se

concretize a integração total com crescimento harmônico do Oeste.

Julgamos assim, que é necessária a participação do Poder Legislativo, que através de uma COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL poderá em muito contribuir, liderando e coordenando a justa reivindicação da gente oestina, que transformaram aquela região no maior celeiro de produção agrícola do Estado e do País, cujo desenvolvimento proporcionou instalações de grandes indústrias de transformação, que somando esforços, produção e industrialização geram riquezas e benefícios de toda ordem ao Estado do Paraná e ao Brasil.

Devemos sempre mais ir de encontro às justas reivindicações de nossa gente paranaense, oferecendo nossa vontade política e participação ativa e efetiva, para concretizar o tão almejado desenvolvimento econômico e social das regiões de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2034

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a formação de Comissão Especial integrada por um representante de cada bancada partidária com assento na Casa, além dos Deputados Ovídio Constantino e Ernani Pudell, da Bancada do PT, para proceder avaliação "in loco" da ocupação da fazenda Beledelli, no Município de Campo Bonito, neste Estado, bem como propor medidas visando evitar a ocorrência de conflito social ou o uso de violência que possa decorrer do mandado de reintegração de posse concedido pela justiça.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Em tempo: Prazo de duração - 30 (trinta) dias.

REQUERIMENTO N° 2039

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Governo do Estado do Paraná, pelo lançamento de campanha e realização do Ciclo de Conferências Sobral Pinto, contra a PENA DE MORTE, no dia 20 de agosto próximo passado, com a participação do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva e do jurista paranaense René Ariel Dotti.

Que do teor do presente, seja dada ciência ao Governador Roberto Requião; ao

Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Dr. Goyá Campos; ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente da OAB-PR; ao Ministro da Justiça e aos Deputados Federais e Senadores pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Cândido Berthier Fortes, no Município de Guairacá.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Estefano Greb; ao Presidente da Câmara Municipal, José Martins Gonçalves e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Ermílio de Menezes, no Município de Guaraci. Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Nelson Alexandre; ao Presidente da Câmara Municipal, Mauro Deguili e ao Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há

muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, no Município de Planaltina do Paraná.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Manoel B. Dantas; ao Presidente da Câmara Municipal, José do Carmo e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Carlos Chagas, no Município de Mirador.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Antonio A. Leite; ao Presidente da Câmara Municipal, Antonio H. Madruga Chaves e ao Diretor do estabelecimento

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois,

sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Afonso Camargo, no Município de Loanda.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Flávio A. Acorssi; ao Presidente da Câmara Municipal, Wagner Ross Hortiz e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Lamartine Soares, no Município de Loanda.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Flávio A. Acorssi; ao Presidente da Câmara Municipal, Wagner Ross Hortiz e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra

em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Guilherme Almeida, no Município de Loanda.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Flávio A. Acorssi; ao Presidente da Câmara Municipal, Wagner Ross Hortiz e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Rui Barbosa, no Município de Nova Cantu.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Flávio Manot; ao Presidente da Câmara Municipal e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra

tra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual São Carlos do Ivaí, no Município de São Carlos do Ivaí.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Cezarino Tessaro; ao Presidente da Câmara Municipal, Luís Sanches e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Duque de Carias, no Município de Santo Antonio do Caiuá.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Ilton L. de Souza; ao Presidente da Câmara Municipal, Arnelino Vandressen e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Paraíso do Norte, no Município de Paraíso do Norte.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Germano Sordi; ao Presidente da Câmara Municipal, Roberto Alves Pacheco e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Villa Lobos, no Município de Amaporã.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Nobuyochi Yamakawa; ao Presidente da Câmara Municipal, Ari Moraes Cruz e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual João Deguili, no Município de Guaraci.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Nelson Alexandre; ao Presidente da Câmara Municipal, Mauro Deguili e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que seja colocado antipô na estrada velha da Graciosa, no trecho compreendido entre o Atuba até o Parque Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal serviço se faz necessário, e com a maior urgência, tendo em vista que esta estrada é o meio utilizado por todos os moradores daquela região, e a mesma estar

Curitiba, quarta, em 21.08.91

em péssimas condições de tráfego, ocasionando além da demora no percurso danos materiais nos veículos que por ali transitam.

REQUERIMENTO N° 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovado pelo douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Comunicações e Excelentíssimo Senhor Presidente do BANESTADO, ratificação de um pedido de informações formulado por este Deputado em data de 10 de junho do corrente ano, devidamente aprovado em Plenário desta Casa de Leis, e prontamente remetido aos destinatários acima nominados, através da Primeira Secretaria, conforme ofícios 6158, 6159 e 6160, datados de 13 de junho de 1991. Requer, outrossim, a aplicação do parágrafo 2° do art. 135 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Tavares, vice-Líder do Governo nesta Casa, ofício remetendo, em anexo, cópia do arrazoadado, composto de 28 (vinte e oito) questionamentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente do BANESTADO, a fim de que o ilustre Parlamentar contribua para a agilização do referido documento que tramita nas Comissões de Fiscalização e Tomada de Contas desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2040

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, o pronunciamento do Ministro EVANDRO LINS E SILVA, proferido no Ciclo de Conferências Sobral Pinto, realizado no dia 20 de agosto próximo passado, por promoção do Governo do Paraná, contra a PENA DE MORTE.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Ministro Evandro Lins e Silva, ao Governador do Paraná, ao Secretário de Justiça e Cidadania, ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Presidente da OAB-PR.

Sala das Sessões, em 21.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 365/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA do Povoado de Primavera, situada na Cidade de Léopolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.91

(a) SEVERINO FÉLIX.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem sede na Cidade de Léopolis, fundada em 01 de setembro de 1989, tem como finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, além de cumprimento eficiente desses objetivos, a Associação colaborará tanto com os poderes públicos, como com o Departamento Estadual da criança.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de Lei à apreciação dos nossos nobres Pares, solicitando a final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 366/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Secretaria de Educação e Cultura em conjunto com a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, deverão obrigatoriamente, ao início de cada ano escolar, promover a Semana do "Ver e Ouvir", consistente em exames auditivos e visuais, realizados por médicos habilitados propiciando aos casos de deficiência encontrados, o correto tratamento e equipamento apropriado, de forma gratuita.

Parágrafo Único - Os exames audiovisuais a que se refere a presente lei, serão realizados em uma primeira etapa nas escolas públicas atendendo no primeiro ano de sua implantação de 1.ª a 4.ª séries, passando posteriormente a atender somente aos ingressantes nas 1.ªs séries primárias ao início de cada ano letivo.

Art. 2° - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.91

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR.

Apoio: João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa, visa sanar, um

dos problemas mais graves existentes no Estado e mesmo no País, consiste, na evasão e inaproveitamento Escolar, em virtude de deficiência de ordem visual e auditiva em crianças que iniciam a escalada do aprendizado. Pesquisas recentes, confirmam que 30% (trinta por cento) das crianças que anualmente ingressam no sistema de ensino, sofre de alguma forma de distúrbio audiovisual, o que a impede de assimilar um correto aprendizado, tornando-se objeto não por sua culpa de chacotas, que levam a criança finalmente a abandonar o banco escolar, tornando-se por sua inaptidão mais tarde para função mais complexa com ganhos condizentes, o que só ocorre hoje com aqueles que passaram pelos bancos escolares, em pessoas despreparadas e onerosas ao Estado que tem que suprir suas necessidades básicas. O Estado necessita melhorar o seu futuro cidadão e contribuinte, propiciando todos os meios para seu progresso e bom desempenho estudantil, pois assim o fazendo estará preparando um Paraná para se orgulhar ainda mais.

Pelo que contamos com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 367/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO ESPIRITUALISTA MORIMBATÁ, com sede na localidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.91

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

Apoio: João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Movimento Espiritualista Morimbatá, criada em Curitiba, em data de 08 de dezembro de 1985, é uma sociedade civil, sem fim lucrativos, constituindo-se em uma pessoa jurídica de caráter religioso filantrópico, de duração indeterminada. Tem prestado ao longo dos anos que vem atuando, trabalho de grande relevância a comunidade, através do fomento as atividades religiosas, manutenção da nossas raízes e tradições, bem como ajuda espiritual e material aos necessitados, que encontram junto a Associação, conforto e alento nos momentos mais difíceis em que pode vir a se encontrar o ser humano, em que a única resposta está na crença em um ser superior.

Pelo que faz jus a presente Associação aos benefícios que possam advir da declaração de utilidade pública, habilitando-a ainda a mais fazer pelo nosso tão carente povo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem o Deputado José Tavares fez um discurso aqui, onde contestou um pronunciamento meu há dias passados; e hoje, acompanhando reportagens jornalísticas, o jornal "Curitiba Hoje" publica e faz referências ao pronunciamento do Deputado José Tavares de ontem.

Diz assim o jornal "Curitiba Hoje"

POLINOTAS
POLÍTICA ACIMA DE TUDO
Ato Responsável

O Deputado José Tavares, líder do PMDB em exercício na Assembleia Legislativa, cobrou ontem maior responsabilidade do deputado Mário Bezerra (PRN) ao fazer denúncias contra o governo do Estado. "O Parlamentar, que afirma representar o bloco oposicionista, precisa assumir a responsabilidade inerente ao cargo, pois faz parte de um poder que não admite meias-verdades e conjecturas fantasiosas", destacou José Tavares. O Parlamentar do PMDB respondeu o discurso de Mário Bezerra feito na sessão legislativa do último dia 14, onde acusa o governador de gastar dinheiro público para sustentar denúncias contra o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia. José Tavares cobrou provas do parlamentar do PRN sobre as versões de seu discurso.

Mário Bezerra disse que a vitória eleitoral do governador Roberto Requião foi uma farsa, onde se utilizou um fato mentiroso para virar a eleição. O deputado José Tavares enumerou quatro pontos como fundamentais para a vitória de Roberto Requião na eleição do ano passado; ser o melhor candidato com um passado inatacável; competência do Secretário Fábio Campana para produzir um bom programa de TV; a crise econômica patrocinada pelo governo federal, de cujo partido Mário Bezerra é integrante; e um trabalho de base do partido. O Deputado José Tavares, afirmou que o próprio Mário Bezerra terá que utilizar a Tribuna da Assembleia Legislativa para anunciar a absolvição do secretário da Comunicação Social do governo no processo movido pelo candidato derrotado do PRN. "A justiça eleitoral tem competência para julgar crimes eleitorais e terá as provas necessárias para mostrar que o material produzido no programa do PMDB é a pura verdade do que ocorreu na colonização do Oeste do Paraná, onde a família Martinez deixou atrás de si um rastro de grilagem de terras". O deputado Mário Bezerra acu-

sou o governador Roberto Requião de proibir o envio de informações dos gastos do Banestado em suas campanhas publicitárias à Assembleia Legislativa. "O Banestado não recebeu nenhum ofício solicitando informações e o governador jamais baixaria uma determinação violando a Constituição que prometeu cumprir ao tomar posse", destacou José Tavares. O parlamentar do PMDB exigiu que Mário Bezerra tenha maior responsabilidade no exercício do cargo que ocupa, antes de levantar denúncias infundadas contra o governo."

Eu quero dizer aos nobres Deputados e ao ilustre Deputado, vice-Líder do Governo, de que este Deputado que vos fala não denuncia vagamente e sem provas. Pela reportagem até parece que o Deputado Tavares é o dono da verdade, como ele coloca que o Requião é o dono de todas as verdades do Paraná.

Vou remeter a V.Exa. por ofício e por requerimento o protocolo que eu recebi do BANESTADO, ou seja, esta Casa recebeu. Foi protocolado junto à Presidência do BANESTADO o meu pedido de informações que V.Exa. falou que não recebeu. Aí V.Exa. vai ter que brigar com o BANESTADO porque eu trouxe aqui o protocolo. Então, a verdade não está com V.Exa. Está comigo. Eu provo. Foi protocolado junto à Secretaria de Comunicação Social e também não me respondeu; foi protocolado junto ao Chefe da Casa Civil que me respondeu.

Então, V.Exa. usar da tribuna para acusar este Deputado e deixar nas entrelinhas que eu sou mentiroso, e falo aqui "irresponsavelmente". Está errado, Deputado. Eu passo às mãos de V.Exa. e requeiro junto à Mesa a ratificação daquilo que eu pedi ao BANESTADO, daquilo que eu pedi ao Secretário da Comunicação Social, sr. Fábio Campana, ratificando as informações.

Outrossim, eu solicito a aplicação do § 2º do artigo 135 do Regimento Interno, de crime de responsabilidade, o senhor Fábio Campana.

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que o Governo está acostumado a não dar ouvidos para a Assembleia. É necessário que a Assembleia se utilize dos argumentos legais para fazê-lo respeitar essa Casa de Leis, e que no entendimento de muitos, serve como o serviço do Poder Executivo.

Agora, o Deputado José Tavares, que eu respeito muito pela sua passagem pela vida pública e que ainda atua, usar da tribuna e deixar nas entrelinhas que esse Deputado é irresponsável, e a nota jornalística se apresenta como se eu fosse um aluno ou estudante de Vossa Excelência! Eu trago as provas e gostaria que Vossa Excelência intercedesse junto à Comissão de Fiscalização dessa Assembleia e junto à Comissão de

Tomada de Contas, para que agilize vinte e oito questões que eu faço ao Banco do Estado do Paraná e que até agora não foram respondidas.

Questionei o Banco do Estado no mês de junho e até hoje não obtive respostas nem do senhor Fábio Campana, nem do senhor Heitor Wallace que é o Presidente do Banco do Estado do Paraná.

O que eu desejaria de Vossa Excelência, era empenho firme para fazer valer o que diz a Constituição e que as prerrogativas do Poder Legislativo sejam obedecidas e que Vossa Excelência, junto a Banca que dá apoio ao Governo, se esforçasse para que o Governo respondesse às questões desta Casa, porque a fiscalização é uma prerrogativa fundamental do Poder Legislativo.

Eu requeiro junto à Mesa, com a anuência de Vossas Excelências o seguinte requerimento:

(Os requerimentos em referência já foram lidos no Expediente, e levaram os números 2041 e 2042, respectivamente).

Só para ilustrar, a Presidência da Comissão de Fiscalização está com o Deputado Duílio Genari que dá apoio ao Governo e a Presidência da Comissão de Tomada de Contas, nas mãos do Deputado Nilton Barbosa, que também dá apoio ao Governo.

Eu queria fazer um ligeiro comentário sobre a nota do jornal. "O Deputado Tavares diz que precisa-se assumir a responsabilidade - dirigindo a mim - inerentes ao cargo, pois faz parte de um Poder que não admite meias verdades, conjecturas fantasiosas". Quer dizer, por Vossa Excelência, que a verdade está aqui.

O protocolo do Banestado, carimbado pelo Banestado, foi às 16:58 h. no dia de Santo Antonio 13 de junho. Do senhor Fábio Campana, protocolado na Secretaria, protocolo integrado, nº 313 658/2, às 14:05 h.

Passo às mãos de Vossa Excelência, os pedidos para que Vossa Excelência faça cumprir as prerrogativas deste Legislativo, e não use de meias-verdades para acusar este Deputado que vos fala.

Concedo aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Agradeço a Vossa Excelência, e começaria o meu aparte pedindo desculpas a Vossa Excelência a ao Deputado Valdir Rossoni por não ter podido ontem conceder aparte, em razão do exíguo tempo que eu dispunha naquela oportunidade.

Quero dizer a Vossa Excelência que quando eu questioneei a questão da responsabilidade do parlamentar, foi quando Vossa Excelência atribuiu ao Governador Roberto Requião, a omissão quanto ao escla-

recimento de fatos como o da Saúde, o do Banco del Paraná e a questão do PROMEPAR.

Aquela sua afirmação, Excelência é que me deixou indignado, e que eu cobrei de V. Excelência responsabilidade quando fizer afirmação deste tipo, e ratifica aqui agora, porque o caso da Saúde, uma CPI da Casa, e vou mandar a Vossa Excelência também o relatório final, já discutiu.

O caso do PROMEPAR, eu já disse ontem, é o caso mais escabroso do dinheiro público, com a participação lamentável de uma pessoa que se diz magistrado, e que foi motivo de um pronunciamento meu, na Câmara dos Deputados! E mandei cópia do meu pronunciamento para todas as autoridades do Paraná.

O caso do Banco del Paraná, este caso também é público, diretores foram demitidos, estão sendo processados criminalmente, na Justiça do Paraná, pelas irregularidades que praticaram.

Então V. Excelência me perdoe, mas sobre estes três assuntos Vossa Excelência não agiu com a responsabilidade de seu cargo.

É nesse sentido que eu coloquei. Gostaria de deixar bem claro.

O SR. MÁRIO BEZERRA: - Eu queria deixar claro para Vossa Excelência que o caso Ferreirinha foi considerado fraude eleitoral, num País sério não se daria posse ao Governo, mas como o Brasil é um País badernado, aqui acontece de tudo. O caso Ferreirinha foi considerado flagrante fraude eleitoral...

O Sr. José Tavares: - Está sendo julgado pela Justiça, Excelência.

O SR. MÁRIO BEZERRA: - Vossa Excelência ontem se utilizou de argumentos dizendo que os meios justificam os fins, isso no entendimento do PMDB, eu não quero dizer generalizadamente...

O Sr. José Tavares: - Nós vamos aguardar o resultado da Justiça.

O SR. MÁRIO BEZERRA: - Eu gostaria que Vossa Excelência me ouvisse agora.

Já concedi o aparte a Vossa Excelência. No meu entendimento política tem que ser feita em alto nível, não se apelar para a farsa, se utilizar de armas, colocar falsos personagens na televisão para se ganhar uma eleição! Eu acho que a Justiça Eleitoral tem que punir os responsáveis, para que, numa próxima eleição não aconteça a palhaçada que aconteceu no ano passado! Esse é o meu ponto de vista e não concordo com Vossa Excelência que os meios justificam os fins!

Outro aspecto aqui que Vossa Excelên-

cia colocou: O Banestado não recebeu nenhum ofício solicitando informações e o Governador jamais baixaria uma determinação violando a Constituição que prometeu cumprir ao tomar Posse.

O Sr. José Tavares: - É verdade.

O SR. MÁRIO BEZERRA: - Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que o Deputado Pessuti algumas vezes cometeu alguns deslizes, agora Vossa Excelência foi flagrante no deslize, flagrante!

O Sr. José Tavares - Eu gostaria que Vossa Excelência analisasse a questão da Saúde, da PROMOPAR e do Banco del Paraná.

O que Vossa Excelência tem a dizer? O que Vossa Excelência tem a dizer das acusações que fez com relação as pessoas da Saúde, do Promepar e do Banco del Paraná?

O SR. MÁRIO BEZERRA: - Eu gostaria que Vossa Excelência me deixasse apartear-lo assim como está me aparteando, porque o PMDB não está com a verdade. Agora eu gostaria mais uma vez de ratificar o que já lhe disse, vou passar às mãos de Vossa Excelência, por requerimento desta Casa, para que Vossa Excelência vá junto ao Presidente da Comissão de Tomada de Contas, ao Presidente da Comissão de Fiscalização, e exija respostas.

Concedo o aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa: - Eu gostaria de dizer ao nobre Parlamentar que ocupa a tribuna que com relação à Comissão de Tomada de Contas, quando Vossa Excelência fez chegar às nossas mãos cópia do documento que Vossa excelência tinha remetido à Comissão de Fiscalização, bem presidida pelo Deputado Duílio Genari, nós marcamos uma reunião para uma terça-feira, às 10 horas da manhã, e estivemos na Sala das Comissões, no horário e tivemos só a satisfação de receber dois integrantes, inclusive os suplentes convocados.

Então não foi possível fazer a reunião da Comissão de Tomada de Contas, para levarmos à discussão o documento de Vossa Excelência.

Estamos providenciando uma nova reunião para discutirmos o vosso documento e outros documentos que estão lá pendentes. E quero deixar claro que o fato de eu pertencer ao Partido do Governo, o PMDB, não quer dizer que eu não convoque reuniões para levar em pauta aquilo que os Deputados integrantes dela nos levam.

O SR. MÁRIO BEZERRA: - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência mas eu me referi ao Deputado José Tavares porque ele co-

ordena a Bancada do Governo, como ele ordena para o sim e para o não, que contribua para que esse processo realmente seja agilizado e não fique...

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência está ofendendo os companheiros da minha Bancada...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu estou pedindo uma mão de Vossa Excelência, não estou ofendendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Mario Bezerra.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu gostaria de dizer ao nobre Deputado que, prazerosamente eu presido essa Comissão, fui escolhido pelos demais companheiros, e que nós iremos presidi-la até o último dia do nosso período com muita responsabilidade. Todos os documentos, todas as discussões lá levadas, serão encaminhadas, quer seja a favor ou contra o Partido, porque na Comissão não se trata de defesa de Partido, e sim se trata dos interesses do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni - Já que o nobre Deputado Nilton Barbosa está falando, eu gostaria que ele copiasse as atitudes da CCJ. Nós em qualquer assunto que vem a esta Casa, está aqui o Colombino, nosso Deputado, que é testemunha, tem sido convocado extraordinariamente a Comissão para trabalhar. Eu acho que essa Comissão já faz sessenta dias que o senhor entrou com esse pedido e não deu tempo de convocar extraordinariamente.

Eu acho que seria bom essa Comissão, e mesmo Duílio Genari que é o Presidente, que se comportasse da mesma forma com que se comporta a CCJ.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e realmente espero que o Deputado José Tavares faça com que seja agilizado os pedidos de informações, não querendo desmerecer o Deputado Nilton Barbosa, nem o Deputado Duílio Genari, mas como fazem parte da mesma Bancada, dando sustentação ao Governo, que agilizem para que a coisa seja transparente e realmente faça jus à fama, um Governo transparente.

E dizer a Vossa Excelência que eu nunca venho aqui falar irresponsavelmente, e que não aceito a maneira pela qual Vossa Excelência colocou suas palavras ontem, querendo me dar alguma aula, já cursei, já fiz universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (ANIBAL KHURY) - Com a

palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, faço uso da palavra nesta sessão para trazer ao conhecimento dos nobres Deputados o grave problema do desemprego que preocupa todo o Paraná.

Nós temos na Constituição Federal, no capítulo 1º, dos princípios gerais da atividade econômica o seguinte ditado: "Artigo 170: a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ... (Lê o artigo)

Temos visitado a nossa região, Oeste do Paraná, e temos sentido o grave problema do desemprego que afeta a região, como sabemos que afeta todo o Paraná. Pais de família já há meses não têm trabalho e não têm maneira para manter as suas famílias, temos testemunhos de famílias, em Toledo por exemplo, que fizeram parte do projeto de mutirão habitacional, que têm suas prestações atrasadas, embora o seu baixo valor, porque já há meses esses pais de família não encontram trabalho, estão desempregados e a fome chegando às suas casas. A miséria, os problemas de segurança, de saúde, têm como consequência a origem do desemprego, por isto tomamos a iniciativa de fazer um requerimento que já foi aprovado por esta casa solicitando ao Governo do Estado através da Secretaria do Trabalho e Ação Social que se faça abertura de frentes de trabalho, para amenizar a grave situação de desemprego e de fome que existe no interior deste Estado.

Nós sabemos que muitas vezes programas paternalistas se lançam no sentido de atender às famílias carentes. Nós somos contra os programas de doação de alimentos. É mais importante que o Governo abra frentes de trabalho, dando oportunidade a estas famílias através do suor do trabalho poderem se manter e construir o seu futuro.

Nós temos certeza de que é um programa de emergência; frentes de trabalho já foram abertas em outro período de recessão; lembro da época do Governador Richa, da seca do Paraná em que as frentes de trabalho juntamente com os municípios resolveram estes graves problemas sociais; por isto o nosso apelo, para que o Governo do Estado sensível a esta realidade juntamente com os Municípios programem frentes de trabalho dando preferência aos pais de família que têm problemas habitacionais com suas prestações atrasadas.

Temos certeza que, desta forma o Paraná dará apoio aos seus coestaduanos, para construir um futuro melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANIBAL KHURY) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou dando entrada na Mesa de um requerimento de votos de congratulações ao Governo do Estado e à Secretaria da Justiça e da Cidadania pela promoção da campanha contra a pena de morte, e que trouxe ontem ao Paraná, a Curitiba a figura de Evandro Lins de Silva, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que proferiu uma palestra ao lado no nosso jurista paranaense René Ariel Dotti.

Segundo Arthur Koestler, a pena de morte é um símbolo...

(Continua lendo)

Segundo Arthur Koestler, a pena de morte é um símbolo do terror, da crueldade e do desprezo pela vida; é o denominador comum da ferocidade primitiva, do fanatismo medieval e do totalitarismo moderno.

Seres humanos são fuzilados, enforcados, eletrocutados, envenenados. Nesses ritos macabros alguns morrem logo, outros agonizam. Em 1988, 1093 presos foram executados em 35 países. Nos últimos dez anos, a anistia internacional registrou mais de 15 mil execuções em 90 países. São apenas os números conhecidos, uma amostra de um quadro ainda mais dramático, se considerarmos que a execução de presos políticos, por exemplo, costuma não constar de estatísticas.

A elas somam-se as execuções secretas, extrajudiciais e dos "desaparecimentos", perfazendo um total incalculável.

Um operário tailandês demorou mais de nove minutos para morrer em uma forca no Kuwait. Na Nigéria, o fuzilamento pode começar pelo tornozelo. A injeção letal, nova forma mais humana, entre aspas, de matar, precisou de 17 minutos para acabar com Raymond Landry, nos EUA, em dezembro de 1990.

E nos questionamos, nobres Deputados: nossa vida tem melhorado a partir dessa matança? O crime violento vem sendo comprovadamente desestimulado? Sentimo-nos hoje mais à vontade no mundo? O Estado homicida vale a pena?

Nenhum estudo sério conseguiu até hoje demonstrar relação entre pena de morte e taxas de delinquência. Um trabalho da ONU, em 1988 sobre pena de morte e índice de homicídios concluiu: "Esta investigação não pode chegar a uma demonstração científica de que as execuções tenham poder dissuasório maior que a prisão perpétua. E não é possível que se consiga tal demonstração. As provas em seu conjunto também proporcionam um apoio à hipótese de dissuasão".

Muitos dos condenados cometeram crimes

atrosos e devem ser punidos com longas penas. Toda sociedade precisa buscar a proteção contra a delinquência. Mas a pena de morte, longe de ser essa proteção é um recurso oportunista e demagógico que desvia o foco da opinião pública das verdadeiras causas da violência e das complexas medidas requeridas.

As vítimas preferenciais costumam ser os pobres, os grupos étnicos, religiosos e sexuais discriminados e os adversários políticos. No estado da Geórgia, EUA, década de 70, os homicidas de vítimas de raça branca eram condenados com uma frequência quase 11 vezes maior que os de vítimas de cor negra. Na África do Sul, entre junho de 1982 e junho de 1983, 81 negros foram condenados por matar brancos e 38 foram enforcados enquanto que dos 52 brancos condenados por matar brancos um foi executado e nenhum dos 21 brancos condenados pela morte de negros subiu ao patíbulo.

As execuções, nobres colegas, são muitas vezes precedidas de julgamentos sumários e as confissões são obtidas facilmente sob tortura. No Iraque, crianças são torturadas e mortas com facilidade e frequência assustadoras. Os cadáveres, alguns com marcas de tortura, só podem ser recuperados após o pagamento de uma "taxa de execução". A família paga as balas de crueldade.

Os governos da Arábia Saudita, China, Nigéria e Paquistão, organizam execuções públicas que são a expressão da lógica brutal da pena de morte. Fuzilamento ou decapitações ao ar livre para expor à multidão a canhestra pedagogia de quem mata para ensinar que não se deve matar.

É quando o Estado é o Assassino
Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A perversa e inútil pena de morte é objeto de discussão em todo o País, quando o Deputado Amaral Neto, do PDS Carioca, propôs no congresso a emenda constitucional que prevê a realização de um plebiscito para que o povo decida sob adoção ou não dessa modalidade de punição que a Inglaterra, País pelo menos 500 anos à frente do Brasil, já adotou e em nome dos direitos humanos proscreeveu.

A pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha indica a cidade de Curitiba como a maior apoiadora da pena de morte. Setenta por cento dos curitibanos barbarizados com a onda de criminalidade e violência apoiam o mecanismo da pena capital.

Diante dessa configuração e da análise da trajetória mundial cruel e animalesca da pena de morte impõe-se a todos os homens públicos, comprometidos com a vida, o dever de discutir e esclarecer com a população a falsa solução e o crime hediondo que representa a pena de morte.

É louvável a realização de conferências como a patrocinada pela OAB, nesta Casa com o apoio da Deputada Emília Belinati, há uma semana atrás, assim como pelo Governo do Paraná, ontem com a presença do ex-Ministro Evandro Lins e Silva e do Jurista René Ariel Dotti.

Ações dessa natureza abrem espaço e valorizam uma discussão importantíssima, quando um grupo espera enfiar "goela abaixo" do povo essa punição como solução para a violência e criminalidade.

A pena de morte é o mais tenebroso dos crimes. Trata-se de homicídio regulado e executado pela mais importante de todas as Instituições humanas - O Estado. Estado e Justiça foram criados para garantir a vida dos homens e não para matá-los.

A pena capital vem sendo abolida em todos os países civilizados, nos dois últimos séculos.

É um absurdo que a restauremos aqui, em um País cujos compromissos com o futuro são muito maiores do que quaisquer ligações com o passado.

Os ingênuos, assustados com a violência urbana, desconhecem as razões da criminalidade e defendem a pena de morte. Acreditam que, matando-se o criminoso, acaba-se com o crime. É a mesma ignorância que permitiu aos Estados Totalitários matar os aleijados e os enfermos, com a desculpa de construir uma raça sã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A busca da justiça, da liberdade e da paz tem outra direção, a do respeito fundamental à vida.

Ou chegaremos ao novo milênio com a história suja pelo sangue derramado às custas da falsidade, da ingenuidade e da perversão humanas?

(Termina de ler)

E eu sublinhei aqui na palestra dada ontem pelo eminente ex-Ministro que ontem esteve em Curitiba, Evandro Lins, quando ele dizia: "O que surpreende nessa proposta de incluir a pena de morte em nossa legislação não é apenas o retrocesso que isso representaria, para vergonha nossa. Atualmente, os penalistas e criminólogos de todos os recantos da terra, em movimento coordenado pela Organização das Nações Unidas, já preconizam a redução ao máximo da própria prisão como método penal".

Vai mais além ainda o ex-Ministro: "Se o discurso sobre o crime é falso e hipócrita, por que não torná-lo autêntico e transparente? Adotada a pena de morte, seguida da legitimação da tortura, por que não legalizar também os 'grupos de extermínio', os 'esquadrões da morte' e os 'justiceiros', que, em última análise, nada mais fazem do que eliminar criminosos já identificados, ou, preventivamente, fu-

turos delinquentes? Por que execrá-los ou puni-los se eles praticam atos de autêntica profilaxia social?"

Vai mais a frente ainda: "Ao invés de um, realizemos dois plebiscitos, o primeiro indagando se o eleitorado deseja a permanência do atual Congresso; e o segundo sobre a pena de morte, dependeria do resultado do primeiro. O segundo estaria provavelmente prejudicado, o Congresso estaria já fechado pelo primeiro... As reações emocionais do público, no momento atual, revelados pelo fabuloso número de votos em branco do último pleito, fazem presumir que a hipótese sugerida poderia perfeitamente acontecer. Eis aí o absurdo de cartas consultas populares, vedadas até pelo bom senso".

Diz ainda: "Imaginemos, por absurdo, a vitória da emenda da pena de morte, com ou sem plebiscito, e a grande recepção dada por um fanático para comemorar o retumbante triunfo. A seu lado, recebendo os convidados, um cavalheiro, de meia idade, catadura impassível, olhar vago e frio, zíngomas salientes, em que o olho clínico de Lombroso logo enxergaria os sintomas de uma predisposição criminalóide. O anfitrião a todos apresentava, com orgulho, o seu par: este é o meu genro, carrasco chefe do presídio de Água Santa, primeiro lugar no concurso, emulo e herdeiro legítimo do famoso verdugo britânico Prierrpoint, que tinha como sagrado o seu ofício. Mas a sua colocação se deveu principalmente aos títulos que já ostentava: torturador da repressão política, 'justiceiro' e participante de 'esquadrões da morte' e 'grupos de extermínio'".

Dentro em pouco já não teremos mais bandidos, com a ajuda naturalmente das agências oficiais encarregadas da pena de morte preventiva, com o slogan que o marketing vai popularizar: 'mate hoje o bandido de amanhã'. Eis aí a infâmia do extermínio de crianças".

E eu iria por muito além mostrando aqui essa verdadeira obra prima, que foi a palestra dada ontem no auditório Castelo Branco por Evandro Lins e Silva. E encerrava a sua palestra: "Lembremos Miguel Torga, médico poeta, no Colóqui de Portugal: 'A tragédia do homem, cadáver adiado, como lhe chamou Fernando Pessoa, não necessita dum remate extemporâneo no palco. É tensa bastante para dispensar um fim artificial, gizado por magarefes, megalômanos, potentados, racismos e ortodoxias. Por isso, humanos que somos, exijamos de forma inequívoca que seja dado a todos os povos um código de humanidade, um código que garanta a cada cidadão o direito de morrer a sua própria morte'".

Por esta razão estou também incluindo um requerimento a esta Mesa, para que es-

ta obra prima de Evandro Lins e Silva, proferida ontem no Ciclo de Conferências Sobral Pinto, realizada no Edifício Castelo Branco, para que passe a fazer parte dos Anais desta Assembleia, porque a pena de morte é, na verdade, demagogia, é populismo e é cabo eleitoral de muitos políticos.

O SR. PRESIDENTE (ANIBAL KHURY) - Com a palavra, o senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.
(Lê)

Há pouco mais de cinco meses nos deparamos, no Paraná, com um novo estilo de governar. O estilo do Governador Roberto Requião: direto, agressivo, transparente. Essas características estão hoje presentes nas posturas de governo e nas ações administrativas dos órgãos governamentais. Esse estilo, entretanto - como era de se esperar -, acabou colidindo com o interesse de uns poucos poderosos. Os mesmos que ao longo das últimas décadas se apropriaram da esperança e sonhos populares para ampliar seus próprios negócios, aumentar seu patrimônio individual, instaurando uma prática condenável sob todos os aspectos e que, finalmente, encontrou seu maior adversário: o governo do Paraná.

Mas, essa luta para banir as velhas práticas políticas e administrativas encontrou resistências. Essa reação, subsidiada e financiada pelos interesses de grupos e pessoas, contra os anseios e desejos da maioria dos paranaenses, voltou a ameaçar. O governo, contudo, identificou esse autêntico foco infectocontagioso que pretende resgatar velhos hábitos. É o que se verificou, por exemplo, no insustentável pedido de informações sobre os gastos em propaganda e publicidade do BANESTADO.

Como verdadeiro braço financeiro das ações administrativas do atual governo, o BANESTADO foi o alvo principal dos ataques adversários. Impingiram-no a pecha de gastar inutilmente seu orçamento de propaganda em ataques ao presidente de outro banco privado. Não é verdade. Questionaram a linha de seus anúncios institucionais como ofensiva. Não é verdade. Assim como não são verdadeiras várias outras críticas endereçadas ao BANESTADO que vamos aqui esclarecer de uma vez por todas. Não se questiona o fato de o Banco do Estado do Paraná procurar por meio de anúncios e campanhas institucionais, ampliar a fatia de mercado no qual opera. Se diz ser a propaganda fundamental para os negócios e para as atividades humanas de um modo geral. A comunicação é a essência da vida de uma sociedade ou de uma empresa. O que se

questiona, nas circunstâncias, é o conteúdo das mensagens publicitárias que estão sendo veiculadas pelo BANESTADO bem como a inusitada intensidade com que têm sido veiculados os anúncios, demandando, por certo, gastos muito superiores ao retorno a advir dos investimentos nesse nível".

Pois bem. Essa posição foi manifestada pelo Deputado Mario Bezerra em seu pedido de informação sobre o BANESTADO. Em poucas linhas, ele acaba por concordar com a posição do banco que, contraditoriamente, deseja criticar. Mas vamos aos fatos respaldados na própria resposta do banco a essa Assembleia e ao Tribunal de Contas do Estado:

A resposta do BANESTADO adianta que o primeiro semestre do ano demonstrou que a recessão econômica do País também atingiu o segmento dos bancos comerciais estaduais. As medidas do Plano Collor, extinguindo operações financeiras como o open e o over, trouxeram aos bancos de forma geral prejuízos na captação do dinheiro do mercado.

Mais que isso, o aumento percentual do depósito compulsório dos bancos pelo Banco Central estancou a liquidez, fazendo com que a principal matéria-prima dessas instituições, o dinheiro, desaparecesse. Um banco, como se sabe, sobrevive pela captação do dinheiro, reinvestindo ou emprestando. Os bancos, diante dessa nova realidade, foram forçados a partir para uma maior agressividade no mercado. Ao mesmo tempo em que pesquisam e anunciam novos produtos para atrair um número maior de clientes, as instituições financeiras passaram a desenvolver uma autêntica batalha pela conquista de maior fatia do mercado.

Os gastos com publicidade e propaganda passam a ser importantes para os bancos, nesse trabalho. Os setores de marketing têm a obrigação de buscar alternativas para novas capitalizações. Uma infinidade de produtos são lançados, a exemplo da super-poupança, da super-cobrança, do FAF, do depósito especial remunerado, das aplicações em CDB's e RDB's, do seguro, das linhas especiais de crédito para produtores rurais e pequenos empresários, já que as remunerações para as aplicações são efetuadas pelo Banco Central. Como fazer então para ativar novos clientes? No caso do BANESTADO, um banco comercial estatal, que tem por objetivo primeiro atender as necessidades de desenvolvimento do Paraná deve, então, marcar sua imagem junto à população.

Os anúncios institucionais servem para mostrar um banco estatal que tem como acionistas majoritários o povo, com objetivo de dar apoio ao desenvolvimento do Estado, fazendo com que o cliente prefira

trabalhar com um banco que o considere como um sócio, não apenas como cliente.

A linha de anúncios do BANESTADO baseia-se na diferença entre os bancos estaduais e os privados, firmando um conceito junto ao público de distinção entre um e outro. Um banco estadual, por exemplo, difere de uma instituição privada exatamente num período como o que estamos vivendo. Enquanto o primeiro não dispensa funcionários para reduzir custos e cortar gastos, o banco privado, demite funcionários mensalmente. O banco estatal garante a manutenção do emprego, solidariza-se diante da crise, busca alternativas para competir no mercado e não usa seus recursos com outras finalidades. O compromisso de um banco como o BANESTADO é perseguir o desenvolvimento de toda a sociedade e não ratear dividendos entre poucos privilegiados.

Trata-se, enfim, da adoção de uma estratégia de marketing audaciosa, capaz de manter o BANESTADO como o principal agente de desenvolvimento econômico e social, gerador de novos serviços e produtos, capacitando-se cada vez mais diante do mercado e da concorrência. Afinal, o banco está presente na maioria dos municípios do Estado, possui 379 agências, 29 centrais de arrecadação e mais 220 postos de atendimento. Toda essa rede de atendimento disponível à população, quer no recebimento de contas, carnês, impostos; para a captação, no pagamento a pensionistas e aposentados, quer na prestação de serviços ou na assessoria de investimento. Mas, acima de tudo, o que mais orgulha o BANESTADO é poder oferecer ao morador, ao pequeno produtor e comerciante das mais remotas regiões do Estado, onde o banco privado dificilmente chega, a possibilidade de crescer, expandindo seus negócios, gerando empregos e receitas, trazendo riqueza e dividindo a prosperidade. Mas, o eminente Deputado Mario Bezerra, com justiça, quer saber como o BANESTADO gastou os seus recursos na mídia. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Tribunal de Contas do Estado, através da 6ª. Inspeção de Controle Externo, e o setor de auditoria interna, têm presença e atuação dentro da estrutura do banco e não precisou intervir em qualquer procedimento adotado em relação às contas da instituição. Pois bem. O Deputado diz "poder-se supor" que o BANESTADO tenha gasto Cr\$ 10 bilhões mensais em propaganda. Não é verdade.

Os preços dos VTs de trinta segundos, diferentes da afirmação do Deputado, não têm valor único durante a programação das emissoras, variando os mesmos conforme a audiência de cada programa, como também os valores indicados não pertencem à tabela

de preços das emissoras do nosso Estado. É possível entender que os elevados valores indicados como gastos de comunicação do BANESTADO são incorretos e até irrealistas, pois se assim o fossem, os agentes de comunicação poderiam dispensar boa fatia do mercado para ficarem como fornecedores exclusivos do banco quando, de fato, as dificuldades por que passam as empresas de comunicação, nesse momento econômico, obrigaram-nas a contratar um maior número de anunciantes. Ao mesmo tempo em que é oportuno salientar que o BANESTADO não pagou as edições do anúncio-chamada do Programa "Crítica & Autocrítica", como afirma com tanta certeza o Deputado Mário Bezerra, é imperativo aqui colocar os verdadeiros valores pagos pelo banco em seus anúncios institucionais:

1. A campanha "Helicóptero/Fronteira", para ajudar a Polícia Civil e Militar no combate ao crime organizado custou exatos Cr\$ 25.899.428,00.

2. A campanha "Diferença - Schulmann x Heitor" custou exatos Cr\$ 38.758.827,68.

3. A campanha "Banco do Banqueiro" custou exatos Cr\$ 89.559.716,53, ou seja, US\$ 360 mil e não US\$ 24 milhões como o Deputado afirma.

É importante destacar que todos os pagamentos das campanhas foram feitos após anexação da respectiva documentação comprobatória de veiculação, criação e produção.

Além disso, é interessante recordar os números da pesquisa de opinião pública, que o próprio BANESTADO encomendou para avaliar os resultados da campanha na mídia. Segundo esta pesquisa, cuja cópia o Banco remeteu a V.Exa., na resposta ao seu pedido de informação, os paranaenses compreenderam a intenção do Banco em suas campanhas publicitárias. Do total de entrevistados, 66,8% gostaram da propaganda contra apenas 12,3%. Também 71,6% dos entrevistados consideraram o BANESTADO, o Banco mais importante para o desenvolvimento do Estado, contra apenas 16,5%.

Esses são alguns números que asseguraram a eficácia da estratégia do BANESTADO e puderam demonstrar claramente o que os paranaenses acham do seu banco. O banco, diz a propaganda, que não tem banqueiro. É o banco do povo do Paraná.

Ao que parece, a intenção de V.Exa., nobre Deputado Mário Bezerra, ao atacar o BANESTADO, se prende a outros dois aspectos já revelados pelo próprio Governador Roberto Requião, que denunciou as operações lesivas ao interesse do Estado feitas pela Paraná Seguros.

No 1º caso, o governador acabou com o monopólio da Paraná Seguros sobre os seguros dos bens públicos. Com a medida conseguiu reduzir em até 62% os descontos dos

seguros, que antes seguiam direto para o Paraná Seguros, que tem no BAMERINDUS o acionista majoritário.

A prática agora, nobre Deputado, realmente é outra. Recordo, por exemplo...
(conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede aos nobres Deputados que compreendam que o orador não está querendo dar apartes.

Que a prática agora, realmente é outra. Recordo, por exemplo, que o Deputado Mário Bezerra, há cerca de um mês, em ofício dirigido à Casa Civil, na pessoa do Deputado Caíto Quintana, ratificava seu pedido de informações ao Banco do Estado e dizia torcer para que os dados de que dispunha não fossem verdadeiros. Pois bem, Deputado Mário Bezerra, sua torcida valeu. Parabéns.

Concedo o aparte, se o Presidente assim o permitir.

O Sr. Mário Bezerra - Só trinta segundos, Presidente.

V.Exa. falou na propaganda que o BANESTADO promoveu. Eu pergunto a V.Exa.: justificou a propaganda? Pelo que eu estou vendo e breve estarei denunciando nesta Assembleia, que o BANESTADO amarga em prejuízo operacional de mais de 16 bilhões de cruzeiros, quer dizer, não justificou os gastos dispendidos.

O que V.Exa. está adiantando nesta tribuna hoje, deveria ser informado pelo BANESTADO, porque os únicos Deputados que têm esse pedido de informações em mãos, são os Deputados Duílio Genari e o Deputado Nilton Barbosa, e este Deputado que lhes fala.

Então, eu sinto que está havendo atravessamento.

O SR. JOSÉ TAVARES - Atravessamento?

O Sr. Mário Bezerra - Vamos dizer, assim o dito popular. V.Exa. está promovendo um atravessamento nos trabalhos da Assembleia.

Então, o que o Governo do Estado gastou, eu não vou questionar as despesas com a publicidade, com a imprensa pois acho que todo órgão público deve fazer, mas, fazer com equilíbrio, e não trabalhando no vermelho, e promover propagandas que suplantam o orçamento em mais de um bilhão de cruzeiros por mês, segundo a Revista "Veja".

O que eu vejo, nos preços de veiculação de trinta segundos.

Quer dizer a questão que V.Exa. está levando para esta tribuna é questionável. Então, eu solicito a V.Exa. que trabalhe

junto ao Pedido de Informações que este Deputado promoveu para as Comissões para que o BANESEADO responda objetivamente àquelas questões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Estamos fazendo questão de frisar desta tribuna, já por diversas sessões, a situação de penúria, a situação de dificuldades pela qual passa o funcionário público do Estado do Paraná.

Frisamos desta tribuna há poucos dias, que provavelmente as manchetes dos nossos jornais, a imprensa do Paraná, daria divulgação com a toda ênfase ao reajuste dos salários dos Deputados que compõe esta Casa. Não erramos. E fez muito bem a imprensa em fazer a divulgação do que aqui se ganha. Fez muito bem, também, a imprensa do Paraná em colocar a omissão que existe quando se discute salários de Deputados e se esquece da vida do funcionalismo público do Paraná.

Nós temos apenas que discordar desta questão que a imprensa do Paraná coloca, de que nós Deputados nos esquecemos da questão salarial, da questão vivida pelos funcionários públicos deste Estado. Isto não é verdade, porque já ocupamos esta tribuna, fomos apartados por Deputados que nesta Casa têm a preocupação também com a sociedade paranaense pela situação de penúria em que vive o servidor deste Estado.

Estamos assistindo a cada dia à mobilização dos servidores públicos do Paraná e nós queremos aqui estar frisando frequentemente porque vemos com preocupação a mobilização que os servidores públicos do Paraná estão fazendo na tentativa de achar um caminho sem a necessidade de paralisação; e a coisa está caminhando para este processo. São vários segmentos do funcionalismo público do Paraná que vêm se mobilizando, estão visitando gabinetes de Deputados, estão trazendo as suas preocupações através de seu sindicato, pedindo que nos empenhemos quanto a questão salarial de defasagem, de penúria e de miséria, em que vivem os servidores públicos do Paraná. Porque quando se esperava, e nós vamos frisar aqui frequentemente, a discussão da data-base no mês de junho do reajuste dos funcionários públicos lamentavelmente o Governo do Paraná desrespeitou esta Assembleia quando, por decreto, disse, e estampou-se nos principais jornais deste Estado, que a data-base dos servidores públicos não existia mais. Eu creio que desta forma não existe também razão para estarmos aqui legislando, criando leis ou apro-

vando mensagens do Governo transformadas em leis e por decreto o Governo, por si só, tomar a iniciativa de revogar uma lei através de um decreto.

Então, nós vemos e o povo do Paraná fica apreensivo na certeza de que as leis aprovadas nesta Casa não têm nenhuma validade, visto que por um decreto, o Governo tem capacidade de revogação de uma lei. A resposta não veio. A resposta não está sendo dada.

O Funcionalismo Público do Paraná vive uma situação de penúria, vive uma situação de miséria.

Nós estamos sabendo, e acredito, que diversos outros Deputados foram convocados para amanhã, nesta Casa, num dos auditórios a discutir com diversos sindicatos a situação de penúria pela qual passa esses servidores. Colocam também estes representantes sindicais, a situação de miserabilidade demonstrada pelos próprios órgãos do Governo:

o IBGE e também pelo órgão que representa a classe sindical neste País, que é o DIEESE, a defasagem absurda que paira sobre os salários dos servidores públicos, que paira sobre os salários dos trabalhadores indistintamente.

Só para se ter a visão, citam esses servidores em um dos ofícios que, considerando que a defasagem salarial dos servidores da Administração Direta e Autárquica do Paraná já soma 173%, conforme o ICV do DIEESE, ou 155%, conforme o IPC do IBGE; e que desde janeiro não tivemos nenhuma reposição a esse título.

Considerando que a Assembleia Legislativa aprovou uma lei, através da Mensagem Governamental, fixando a data-base da categoria em 1º de junho, e que o Governador do Estado não só não cumpriu, como faz ataque à mesma com frequência.

Nós, como servidores públicos, eu tenho que falar isto aqui porque quero ter sempre a consciência de que sou servidor público, de que sou um funcionário público, mas não quero ter essa visão de que servidor público é servo, deve falar com o seu patrão de joelho. Nós somos trabalhadores, temos direito, temos família, temos vida, e a situação é de penúria,

E citam muito bem esses companheiros sindicalistas, dizendo e comprometendo o nome da Assembleia, comprometendo o nome indistintamente de 54 Deputados que fazem parte desta Casa, e querendo dizer o que? Praticamente, diretamente de que nós estamos sendo neste Plenário apenas "bobos da corte", porque não temos condições de enfrentamento de condição que aí está posta.

E diz mais adiante: considerando que a Assembleia Legislativa, como um Poder independente - está muito bem frisado -;

como um Poder independente, eu acredito que de fato nós deveríamos agir aqui dentro, todos nós indistintamente, atuando como Parlamentares independentes, votando conscientemente as coisas boas do Estado e condenando aquelas que são obscuras e que contrariam provavelmente os interesses do Paraná.

Considerando que a Assembleia Legislativa, como Poder Independente, tenha a responsabilidade de zelar pelo cumprimento das leis aprovadas e que, além da questão salarial, outras tantas leis e preceitos constitucionais não têm sido cumpridos pelo Executivo Estadual".

É um exemplo que nós já dissemos em outras oportunidades. É um exemplo tal qual se faz também, e a gente ouve aqui frequentemente críticas ao Governo Federal e, dentro da nossa Casa, nós fazemos igual. Se há erros a nível de Governo Federal, não vamos imitá-lo: vamos imitar os acertos.

Preocupa-nos ainda, considerando a necessidade objetiva de rever as suas perdas salariais, 14 associações e 4 sindicatos de servidores, representando a maioria dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, reunidos no último dia 16 de agosto resolveram convidar todos os líderes partidários da Assembleia Legislativa para uma reunião com todas as associações de sindicatos de servidores no dia 22 deste mês, às 9h30m para tratar dessas questões.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós frisamos ontem a situação específica com relação ao magistério público paranaense.

E, para que nós não fôssemos desmentidos, pedimos ontem à APEOESP - Associação dos Professores do Estado de São Paulo, que nos enviasse um relatório da situação em que se encontram os educadores daquele Estado, porque o que se está espalhando pelo Paraná e Brasil afora, é de que os professores do Paraná serão os melhores pagos e nós não podemos concordar com a farsa de se vender uma ideia de ilusão, de se vender uma fantasia.

De fantasia, o povo brasileiro, o trabalhador brasileiro está cansado. O povo e o trabalhador brasileiros pedem a atuação firme deste Parlamento em defesa dos seus direitos e nos apresenta um documento da TEDESP, datado de ontem, mostrando que o Paraná terá que lutar e muito para justificar que o professor deste Estado será o melhor pago no país, pois, senão vejamos: "Professor 1 (1.ª a 4.ª séries): para vinte horas-aula: CR\$ 58.721,44 a CR\$ 150.961,18.

Professor nível 2 - que aqui no Paraná - seria o Professor de Licenciatura Curta, professor no nível 3, que inclusive é o ob-

jetivo do Governo do Paraná, fazer com que todos os professores recebam o equivalente ao nível 3. este mesmo professor que atua de 5.ª a 8.ª séries, e 2º grau, recebe por vinte horas no início de carreira CR\$ 64.740,39 a CR\$ 166.434,71.

O Professor de nível 3, com Licenciatura Plena, atuando de 5.ª a 8.ª séries e 2º grau, também em final de carreira, recebe CR\$ 71.376,28 a CR\$ 183.494,27.

Também estes professores poderão ter o seu horário de trabalho multiplicado por dois, podendo fazer 40 horas-aula e receber o dobro do que aqui está dito.

Diz também este documento, que recebemos, que o diretor de escola no Estado de São Paulo, apesar de que lá se tem um plano de direção e aqui no Paraná se quer extinguir com a lei de eleições, quando deve ser aperfeiçoada se erro há na sua execução, no seu bojo. Um diretor de escola no Paraná, para que os nobres companheiros Parlamentares saibam, não deve estar recebendo hoje mais do que CR\$ 30.000,00 para ser diretor e ter a responsabilidade que tem.

No Estado de São Paulo, um Diretor de escola recebe mais de duzentos a quinhentos mil cruzeiros.

Então nós estamos vendo que estamos longe da realidade da Educação no Estado do Paraná, que, de fato, está numa situação de caos.

Concedo aparte ao Doutor Rosinha.

O Sr. Doutor Rosinha - Obrigado. Primeiro quero dizer que nos temos o mesmo ponto de vista que Vossa Excelência colocou até agora dessa tribuna.

Nos últimos anos os trabalhadores brasileiros têm tido um achatamento salarial violento, sejam do serviço público da União, do Estado ou dos Municípios.

Na sua grande maioria, os trabalhadores municipais, do nosso Estado, também percebem abaixo do que deveriam perceber.

O discurso dos nossos governantes de que o servidor público é corrupto ou de que o servidor público é marajá, com esse discurso tem-se imposto um dos maiores achatamentos salariais dos últimos anos e também com esse discurso, vem agora, a política no fim da estabilidade no serviço público, justamente para que a cada quatro anos, esses governantes possam demitir quem está trabalhando e contratar seus cabos eleitorais.

Analisa-se geralmente a questão da estabilidade, justamente com a função de demissão. Nós entendemos que esse discurso neo-liberal do fim da estabilidade, é um discurso atrasado, uma vez que essa estabilidade ao servidor público, nunca foi de 100%.

Qualquer tipo de demissão pode ser

feita, desde que abertas sindicâncias e também o que nós temos visto é um desrespeito total a esses trabalhadores.

Achata-se o salário, desrespeita-se a data-base, concedem-se abonos que não são reajustes de salário, abono, a nosso ver é simplesmente esmola, não conta como Fundo de Garantia, como Previdência Social, para quem é CLT e nem conta como Previdência ou outro tipo de prêmio, ao servidor público.

Portanto é uma política atrasada com um discurso adiantado. A política de se cometer o assassinato por fome dos trabalhadores.

No final do Governo Álvaro Dias, nós constatamos que o Secretário da Administração, assinou cartas de intenções com alguns servidores, cartas de intenções estas que o Estado deveria assumir e cumprir com os servidores, e hoje estas cartas de intenções, como foi o caso dos servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, foram jogadas na lata do lixo.

Porque estes governantes assinam cartas de intenção e eles têm que deixar claro que o patrão é o Estado, é o Município, a união, o patrão não é o Senhor Roberto Requião, ou o Senhor Jaime Lerner, no caso do Município.

E quando um dirigente de um município ou do Estado assina uma carta de intenção com uma determinada categoria, ela deve ser assumida porque cabe ao Estado cumprir e não ele individualmente.

Portanto, cobramos que estas cartas de intenções assinadas no final do Governo passado, sejam cumpridas no atual Governo, o que não vem sendo.

Desrespeitam-se os trabalhadores de todas as maneiras, não se negocia em instância nenhuma, e quando o trabalhador após perder mais da metade de seu salário, cansado de esperar, de levar "chá-de-cadeira" dentro dos Palácios, quando eles se definem por qualquer tipo de paralisação ou greve, aí são chamados de radicais, irresponsáveis e inconseqüentes.

Quando irresponsáveis, inconseqüentes são esses governantes e esses que ocupam o cargo de patrão que fazem com que isso aconteça.

E isso vem ocorrendo em todos os níveis de Governo, vem acontecendo em inúmeras prefeituras, no Estado do Paraná e vem acontecendo com o servidor público federal, haja vista a quantidade de greves dos servidores públicos federais com este achatamento salarial.

E depois esses governantes dizem que isto é para combater a inflação, como coisa que salário dá inflação, pois, há mais de ano, que não se tem aumento salarial, aliás, nos últimos 10 anos, os trabalhadores têm corrido atrás de perda salarial e nunca atrás de aumento de salário!

E estes governantes, a serviço de uma elite, achatam o salário para que o setor financeiro ganhe mais dinheiro em cima, e nós trabalhadores levamos a bordoadada.

Portanto somos solidários à postura que Vossa Excelência, adotou nesta tribuna e apoiamos a luta desses trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná e os demais que têm levado as bordoadas dos ditadores de plantão, apesar de dizerem que existe democracia.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e gostaria apenas de frisar o que diz o sindicato dos professores, porque nós temos que ter convicção de que hoje a imprensa do Paraná estampa de que nós estamos sorrindo porque tivemos reajustes nos nossos vencimentos como Parlamentares, nós temos que ter consciência também de que a nossa tranquilidade nessa Casa se dá pelos funcionários que tem.

A tranquilidade da administração do Estado também se dá pelos funcionários que tem. Se as máquinas funcionam a nível de Estado, funcionam porque existem funcionários públicos que mesmo explorados, dão tudo de si pelo bem do Estado, pelo bem da coisa pública.

E nós pedimos outro dia aqui, desta tribuna, que esta Casa que tem também condenado a atitude do Executivo, em relação a estas questões, não fizesse a mesma coisa com relação aos seus servidores.

E tivemos a felicidade de há pouco conversar com o 1º Vice-Presidente da Casa, onde ele nos afirmava de que a Casa também está estudando o quadro, a situação, o caos em que se encontra os funcionários desta Casa. Eu acho que isso é muito gratificante porque a Assembleia Legislativa dará um exemplo ao Governo do Estado de que aqui se critica e não se faz a mesma coisa, se faz diferente. Então, isso é motivo de satisfação e de engradecimento do Poder Legislativo. Eu só gostaria para isso de citar aqui o que diz o ofício 310 do Sindicato dos Professores das Redes Públicas, estaduais e municipais do Paraná, que inclusive tivemos a honra de presidir. Diz: "O Senhor Governador, por sua vez, em entrevista no Programa Carlos Simões, em 03.07.91, afirmou que o magistério seria a primeira categoria a ter aumento."

Contudo, a imprensa, em 10.07.91, noticiou aumento para outra categoria de servidores públicos ainda para o mês de julho próximo passado e para o magistério somente para este mês, ainda na forma de abono; um abono que com toda a defesagem, que passa de 100%, só nesse período de Governo, conforme comprova os órgãos de estatísticas deste País, corresponde a 13 mil cruzeiros o abono que se está dando, e

que não incide sobre os demais vencimentos". Mais adiante diz também o ofício desse sindicato. "Colhi em outro setor da Secretaria da Educação, a informação de que o Governo já havia decidido o abono ao magistério equivalente à diferença salarial entre o PA-1 e o PC-3, ainda para o mês de julho, nós estamos no mês de agosto e isso não se deu no mês de julho". E quem está dizendo isso é a imprensa; quem divulgou estas notas não foram os trabalhadores do magistério, quem está divulgando esta situação em que se encontrará brevemente o servidor público deste Estado não são os trabalhadores e nem são sindicatos; quem está divulgando esta situação é o próprio Governo do Estado, por isso nós queremos um basta às fantasias, nós queremos que as coisas se concretizem, que se diga a realidade. Este mesmo ofício diz que em 24.07, em audiência com o Senhor Secretário da Administração, obteve a confirmação de que o abono realmente havia sido definido para o mês de julho próximo passado, e após ouvir a nossa argumentação, concordou que o magistério necessita ter uma política salarial bem definida.

Eu creio que o que nós temos feito frequentemente desta tribuna é pedir que definamos, que trabalhemos em cima de uma política salarial decente, que se dê pelo menos uma luz no fundo do túnel ao trabalhador do serviço público para ele saber como ele poderá também atuar na sua vida familiar, na sua vida cotidiana. Diz mais adiante: "Aproveito a oportunidade para anexar demonstrativo da defasagem salarial que o magistério teve no período de janeiro de 90 a junho de 91, que pelos cálculos do DIESE; o ICV do DIESE chega a 168,53%, e pelo INPC, IBGE, chega a 117.24, e para esta Casa vem uma proposta de abono". E para esta Casa, vem a imprensa do Paraná dando ênfase aos salários dos Deputados e cobrando que esta Casa é omissa com relação aos servidores. Por isso, nós queremos condenar postura deste tipo, porque se há omissão, nós acreditamos que não é toda a Casa, e nem toda a Casa merece a pecha de omissos. É isso que nós precisamos deixar bem claro, porque temos que ter convicção de que se a situação do Deputado, ela vai razoavelmente bem, a dos servidores do Estado, a dos trabalhadores brasileiros está indo mal, está indo cada vez pior. Mas adiante, eu quero até destacar um ponto positivo que eu acho, que apesar de tudo isto, eu tenho que destacar que este ponto é positivo quando o jornal "O Correio de Notícias" divulga hoje, uma nota que eu acho que é por aí o caminho, que seja com portas fechadíssimas, que seja com portas travadas por milhares de cadeados, mas, que se discuta a situação que está posta. Que se encontre o denominador. E eu gostaria

até de destacar, eu acho que é por aí que as coisas começam a caminhar. É por aí que o governo começa a adquirir a credibilidade do trabalhador do serviço público e do povo do Paraná.

A portas fechadíssimas, o Governador e alguns dos seus principais assessores, incluindo-se o primeiro irmão, Eduardo, e os secretários que têm as chaves do cofre, passaram a tarde reunidos ontem no Canguiri.

Entre outros assuntos, trataram de um assunto que mexe diretamente com o bolso do funcionalismo, o reajuste salarial; também, na pauta as alterações da Legislação das licitações públicas, diz, finalizando o jornalista: "depois eu conto."

Que bom se isto acontecesse, que bom se isto se transformar na realidade.

Nós temos certeza que o serviço público vai melhorar ainda mais, se se definir uma política de respeito ao trabalhador de serviço público, de respeito àqueles que mantêm esta máquina pública, assim como também tem que acontecer nesta Casa; porque não adianta também ficarmos criticando os do Executivo, e nesta Casa fazermos igual ou pior.

Concedo o aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência Deputado Paulo Maia, e me permita acrescentar um outro fator extremamente relevante nesta discussão.

A relação dos servidores do Estado com o Estado, não tem apenas a participação do patrão e do empregado, mas, tem necessariamente nesta relação também a presença mais importante e o interesse que deve ser preservado, que é o interesse da população. Eu digo isto, porque, nesta relação entre o servidor e o Estado existe algo que se sobrepõe que do serviço público ao qual, é destinatária a nossa população.

Então, quando nós assistimos a uma política de arrocho salarial, por exemplo, com relação aos professores, além da negação dos direitos individuais e constitucionais, reconhecidos universalmente a todo o trabalhador nós temos junto com isso o prejuízo evidente e claro à população, que vê o seu serviço público sendo degradado, vê o filho na sua escola não tendo o atendimento, a que faz jus por pagar impostos que tem direito a receber...

Então, esta é a questão fundamental. Nós estamos assistindo, por exemplo, na área da saúde um tratamento e um atendimento do serviço público, lamentável, vergonhoso, porque os profissionais de saúde não ganham um salário condizente, e conseqüentemente, são obrigados a ter dois, três, quatro empregos para suprir a sua renda familiar. Quer dizer, quem perde com

isto também é a população. Por isto, é que, nós devemos ter a consciência de que o serviço público deve se reger pelo princípio da continuidade. A continuidade que deve ser assegurada, dando um tratamento de dignidade a todo servidor, para que ele tenha segurança de fazer uma carreira ter uma remuneração digna, justa, que ele tenha o estímulo de se aperfeiçoar cada vez mais, para no final prestar um serviço cada vez melhor, à população.

Este é o espírito que deve fundamentalmente nortear a discussão sobre a política salarial dos servidores do Estado do Paraná, e quero lembrar também a Vossa Excelência que essa discussão, essa falsa dicotomia, que se aplica muito no Brasil dizendo que o salário dos servidores públicos, quando aumentados, quando bem remunerados, significa falta de capacidade do Estado em fazer investimento em outras áreas. Isto é uma falácia. A prefeitura de São Paulo, por exemplo, nobre Deputado Paulo Maia, dispense 54% das suas receitas com pessoal, apenas 54%. Agora, sabe quanto que é o piso, o nível I de um professor hoje num Município de São Paulo? Cento e quarenta e seis mil cruzeiros para vinte horas, o nível I. Quer dizer, essa é a questão fundamental.

Agora, o que se conseguiu em São Paulo? Não houve milagres em São Paulo. Houve, sim, uma política fiscal de justiça. Quer dizer, se se faz justiça na questão fiscal, se se cobram os impostos com rigor, se se elimina o volume enorme de recursos que é repassado para a iniciativa privada através das grandes obras, através das empreiteiras e aí, sim, com racionalidade, com competência, com responsabilidade, honestidade, se consegue manter os investimentos públicos e dar o tratamento justo e digno aos servidores dos Municípios de São Paulo.

Esta é a receita que nós oferecemos gratuitamente ao nosso Governador Roberto Requião.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está, infelizmente, encerrado o prazo.

O Sr. Rafael Greca - Sr. Presidente, é só para dizer, pela ordem, o seguinte: convocamos pela Comissão de Constituição e Justiça uma comissão de representantes dos diversos sindicatos dos servidores públicos estaduais para exame da situação salarial e do não-cumprimento dos preceitos constitucionais e trabalhistas pelo Governo do Estado. Tal audiência dar-se-á, e nós esperamos que também a Bancada do Governo também compareça, na próxima terça-

-feira, no horário regulamentar da Comissão de Constituição e Justiça porque, efetivamente a situação do funcionalismo público do Paraná clama por respeito à Constituição e por esperança de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL se fará uso de seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. Com a palavra, o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Estou dando entrada, no dia de hoje, um requerimento, com referência à construção de um aeroporto de grande porte no Oeste do Paraná.

Gostaria de fazer a leitura do requerimento e, posteriormente, da sua justificativa. (O referido requerimento já foi lido no Expediente e levou nº 2057).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o PTB.

(Declina).

Com a palavra, o PT.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 213/91, subscrito pelo Sr. Desembargador Ronald Accioly, constante do expediente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1308-O.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 11.231-2, desta Capital. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente, solicitando licença de seu mandato parlamentar no período de 28 de agosto a 30 de setembro do corrente ano, em substituição ao Sr. Prefeito de Guarapuava. Aprovado.

Requerimentos nºs 2041 e 2042, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente. Em votação.

A Mesa passa a decidir: O Serviço da Assessoria da Mesa informa que os requerimentos de autoria do Deputado José Ritti de informações apresentados no dia 13.06.91, com prazo para vencimento no dia 15.07.91, tem 38 dias excedentes e até agora a Mesa não recebeu as informações. Ainda do Deputado José Ritti, requerimento nº 6163 de 13.06.91, com vencimento em 15.07.91, com 38 dias de excesso de venci-

mento do prazo. Requerimento do Deputado Mario Bezerra à Secretaria da Fazenda de 14.06.91, vencimento em 15.07.91, também com 38 dias de excedência de prazo. Requerimento do Deputado Mario Bezerra à Secretaria da Comunicação, com vencimento no dia 15.07.91, ultrapassados já 38 dias sem que a Assembléia tivesse recebido as informações. Requerimento do Deputado Carlos Simões à Secretaria dos Transportes de 13.06.91, com vencimento em 15.07.91, excedente em 38 dias. Requerimento do Deputado Carlos Simões à Secretaria de Segurança também no mesmo sentido, já vencido em 19 dias. Requerimento do Deputado Dr. Rosinha de 01.07.91, com vencimento em 01.08.91, com 19 dias de vencimento.

A Mesa vai encaminhar ao Sr. Líder do governo essas informações, bem como os requerimentos que não foram respondidos e vai como já fez de outra feita, dar o prazo de 72 horas no máximo, para que as informações venham à Mesa e não através do Plenário para que a Mesa possa transmitir aos Deputados requerentes. Encaminha a Vossa Excelência a relação. Nessas condições, a Mesa solicita que o Deputado Bezerra espere e aguarde até as 72 horas.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior com apoioamento do Sr. Deputado João Arruda constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo, que declara de Utilidade Pública a CRECHE HELENA FREGADOLLI DIAS, com sede no Município de Paigandu, Distrito de Água Boa, e foro da Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA BARREIRINHA - Abranches. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 263/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM ESPLANADA - ASJE, com sede em Ponta Grossa.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 043/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, concede pensão mensal a viúva do ex-Prefeito de Francisco Beltrão, Sr. Antônio de Paiva Cantelmo. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no DA. 13 de 06.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 043/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Parlamentar João Arruda, tem a finalidade de conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros) para a Senhora Mildred Cantelmo, viúva do ex-Prefeito de Francisco Beltrão, Sr. Antônio de Paiva Cantelmo.

No "caput" do artigo 5º, da Constituição Federal, encontramos o princípio da isonomia, que reza que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ...

Assim sendo, tendo em vista o princípio acima nominado, é o nosso Parecer CONTRÁRIO, opinando-se pela sua rejeição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

Retirado tendo em vista que a Comissão de Finanças não deu seu parecer.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 091/91, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que concede à Senhora Benedita Cemensato dos Santos, viúva do ex-Prefeito de Barra do Jacaré, Sr. Antônio dos Santos Neto, pensão mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 24 de 21.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 091/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Brandão, objetiva conceder à Senhora Benedita Cemensato dos Santos, viúva do ex-Prefeito de Barra do Jacaré, Senhor Antônio dos Santos Neto, pensão mensal, no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do Plano de lei em questão, notamos a sua desatenção ao princípio de igualdade, preceituado no art. 5º

da Constituição da República Federativa do Brasil, e no art. 1º, III da Carta Magna Estadual que, determina como objetivo do Estado do Paraná "a defesa da igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação".

Sendo assim, em respeito ao princípio constitucional supramencionado, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu Parecer CONTRÁRIO, opinando pela REJEIÇÃO da presente Proposição.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

Retirado tendo em vista que a Comissão de Finanças não deu seu parecer.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que concede pensão mensal no valor de 03 (três) salários mínimos mensais à Senhora Dolfina Maria de Jesus Barbosa, viúva do ex-Prefeito de Tapira, Senhor Luiz Antônio Barboza. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. 31 de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 130/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade conceder pensão mensal à Senhora Dolfina Maria de Jesus Barboza, viúva do ex-Prefeito do Município de Tapira.

A Constituição Federal, no seu artigo 5º, "caput", prevê que: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ...

Tendo em vista o princípio constitucional da isonomia, nosso Parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Retirado tendo em vista que a Comissão de Finanças não deu seu parecer.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 268/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que concede de Utilidade Pública o CENTRO PARANAGUENSE DE CURITIBA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 77 de 25.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 268/91

P A R E C E R:

Declara de Utilidade Pública o Centro Paranaense de Curitiba.

Procedemos, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, à análise do Projeto de Lei n° 268/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro Paranaense de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe a Lei Estadual n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, observando a instituição em epígrafe, também, as exigências preconizadas no mencionado diploma legal.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei n. 268/91, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação final.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 273/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA DE CRIME com sede e foro em Curitiba, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA.78 de 26.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 273/91

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Reestruturação Social da Vítima de Crime com sede e foro em Curitiba.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n. 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n. 2037, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2038 e 2039, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2033, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2040, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 2043, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kiêlse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2057, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2044 a 2049, e 2051 a 2056, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kiêlse, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2034, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 268 e 273/91

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 288/91, e do Projeto de Resolução n.º 40/91.

Marca ainda uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 22, às 15:00 horas, para Outorga de Título de Cidadania Benemerita do Paraná à Senhora Edite Pizzatto.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 1991.

"PRONUNCIAMENTO PROFERIDO PELO SR. EX-MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EVANDRO LINS E SILVA".

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Segundo Arthur Koestler, a pena de morte é um símbolo do terror, da crueldade e do desprezo pela vida; é o denominador comum da ferocidade primitiva, do fanatismo medieval e do totalitarismo moderno.

Seres humanos são fuzilados, enforcados, eletrocutados, envenenados. Nesses ritos macabros alguns morrem logo, outros agonizam. Em 1988, 1093 presos foram executados em 35 Países. Nos últimos dez anos, a anistia internacional registrou mais de 15 mil execuções em 90 Países. São apenas os números conhecidos, uma amostra de um quadro ainda mais dramático, se considerarmos que a execução de presos políticos, por exemplo, costuma não constar de estatísticas.

A elas somam-se as execuções secretas, extrajudiciais e dos "desaparecimentos", perfazendo um total incalculável.

Um operário Tailandês demorou mais de nove minutos para morrer em uma forca do Kuwait. Na Nigéria, o fuzilamento pode começar pelo tornozelo. A injeção letal, nova forma mais humana, entre aspas, de matar, precisou de 17 minutos para acabar com Raymond Landry, nos EUA, em dezembro de 1990.

E nos questionamos, nobres Deputados: nossa vida tem melhorado a partir dessa matança? O crime violento vem sendo comprovadamente desestimulado? Sentimo-nos hoje mais à vontade no mundo? O Estado homicida vale a pena?

Nenhum estudo sério conseguiu até hoje demonstrar relação entre pena de morte e taxas de delinquência. Um trabalho da ONU, em 1988 sobre pena de morte e índice de homicídios concluiu: esta investigação não pôde chegar a uma demonstração científica de que as execuções tenham poder dissuasório maior que a prisão perpétua. E não é possível que se consiga tal demonstração. As provas em seu conjunto tampouco proporcionam um apoio positivo à hipótese de dissuasão".

Muitos dos condenados cometeram crimes atrozes e devem ser punidos com longas penas. Toda sociedade precisa buscar a proteção contra a delinquência. Mas a pena de morte, longe de ser essa proteção é um recurso oportunista e demagógico que desvia o foco da opinião pública das verdadeiras causas da violência e das complexas medi-

das requeridas.

As vítimas preferenciais costumam ser os pobres, os grupos étnicos, religiosos e sexuais discriminados e os adversários políticos. No Estado da Geórgia, EUA, década de 70, os homicidas de vítimas de raça branca eram condenados com uma frequência quase 11 vezes maior que os de vítimas de raça negra. Na África do Sul, entre junho de 1982 e junho de 1983, 81 negros foram condenados por matar brancos e 38 foram enforcados enquanto que dos 52 brancos condenados por matar brancos um foi executado e nenhum dos 21 brancos condenados pela morte de negros subiu ao patíbulo.

As execuções, nobres colegas, são muitas vezes precedidas de julgamentos sumários e as confissões são obtidas facilmente sob tortura. No Iraque, crianças são torturadas e mortas com facilidade e frequência assustadoras. Os cadáveres, alguns com marcas de torturas, só podem ser recuperados após o pagamento de uma "Taxa de Execução". A família paga as balas de crueldade.

Os Governos da Arábia Saudita, China, Nigéria e Paquistão organizam execuções públicas que são a expressão da lógica brutal da pena de morte. Fuzilamento ou decapitações ao ar livre para expor à multidão a canhestra pedagogia de quem mata para ensinar que não se deve matar.

É QUANDO O ESTADO É O ASSASSINO.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A perversa e inútil pena de morte é objeto de discussão em todo o País, quando o Deputado Amaral Neto, do PDS Carioca, propôs no Congresso a Emenda Constitucional que prevê a realização de um plebiscito para que o povo decida sob a adoção ou não dessa modalidade de punição que a Inglaterra, País pelo menos 500 anos à frente do Brasil, já adotou e em nome dos direitos humanos prescreveu.

A pesquisa realizada pelo Instituto Data/Folha indica a cidade de Curitiba como a maior apoiadora da pena de morte. Setenta por cento dos curitibanos barbarizados com a onda de criminalidade e violência apoiam o mecanismo da pena capital.

Diante dessa configuração e da análise da trajetória mundial cruel e animalésca da pena de morte impõe-se a todos os homens públicos, comprometidos com a vida, o dever de discutir e esclarecer com a população a falsa solução e o crime hediondo que representa a pena de morte.

É louvável a realização de conferências como a patrocinada pela OAB, nesta Casa, há uma semana atrás, assim como pelo Governo do Paraná, ontem, com a presença do Ministro Evandro Lins e Silva e do Jurista René Ariel Dotti.

Ações dessa natureza abrem espaço e

valorizam uma discussão importantíssima, quando um grupo espera enfiar "Goela abaixo" do povo essa punição como solução para a violência e a criminalidade.

A pena de morte é o mais tenebroso dos crimes. Trata-se de homicídio regulado e executado pela mais importante de todas as instituições humanas - o Estado. O Estado e Justiça foram criados para garantir a vida dos homens e não para matá-los.

A pena capital vem sendo abolida em todos os Países civilizados, nos dois últimos séculos. É um absurdo que a restauremos aqui, em um País cujos compromissos com o futuro são muito maiores do que quaisquer ligações com o passado.

Os ingênuos, assustados com a violência urbana, desconhecem as razões da criminalidade e defendem a pena de morte. Acreditam que, matando-se os criminosos, acaba-se com o crime. É a mesma ignorância que permitiu aos Estados totalitários matar os aleijados e os enfermos, com a desculpa de construir uma raça sadia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A busca da justiça, da liberdade e da paz tem outra direção, a do respeito fundamental à vida.

Ou chegaremos ao novo milênio com a história suja pelo sangue derramado às custas da falsidade, da ingenuidade e da perversão humanas?

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TURISMO
12.^a LEGISLATURA - 1.^a LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 215/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/91. Relator: Senhor Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei e pela Apreciação das Emendas em Plenário. APROVADO, com voto contrário do Deputado Heinz Georg Herwig. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra Terezinha Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza

(aa) DOBRANDINO DA SILVA

Presidente

DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIAO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Rafael Greca, João Iensen, Nelson Garcia, Alceu Swarowski, mais a presença da Deputada Emília Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face à distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Passou-se à Ordem do Dia. O Senhor Presidente passa a palavra ao Deputado Alceu Swarowski, para relatar verbalmente as emendas apresentadas em 2.^a Discussão em Plenário e a Emenda Modificativa Ampliativa da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 215/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 25/91, que objetiva transformar em Autarquias Estaduais todas as Fundações criadas por leis estaduais. O Deputado Alceu Swarowski, começa a relatar discorrendo sobre a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, dizendo que não acha necessário um anteprojeto de lei para cada Fundação. A seguir falou sobre as outras emendas, momento em que recebeu apartes da Deputada Emília Belinati, e do Deputado Rafael Greca. O Deputado Rafael Greca solicitou que se registrasse em Ata o seguinte: "Será que o Estado suportará a multa de 40% (quarenta por cento) que será devida a todos os Funcionários das Fundações no momento em que for mudado o regime jurídico do vínculo trabalhista?" O Senhor Presidente defere. Encerrada a discussão passou-se a votação. Parecer verbal do Deputado Alceu

Swarowski contrário as emendas, ressalvada a apreciação das mesmas em Plenário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Rafael Greca. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10.^a REUNIAO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Renato Adur, Nelson Garcia e Alceu Swarowski. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face à distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 286/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 50/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 287/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 51/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

WILSON PENKA

Secretário